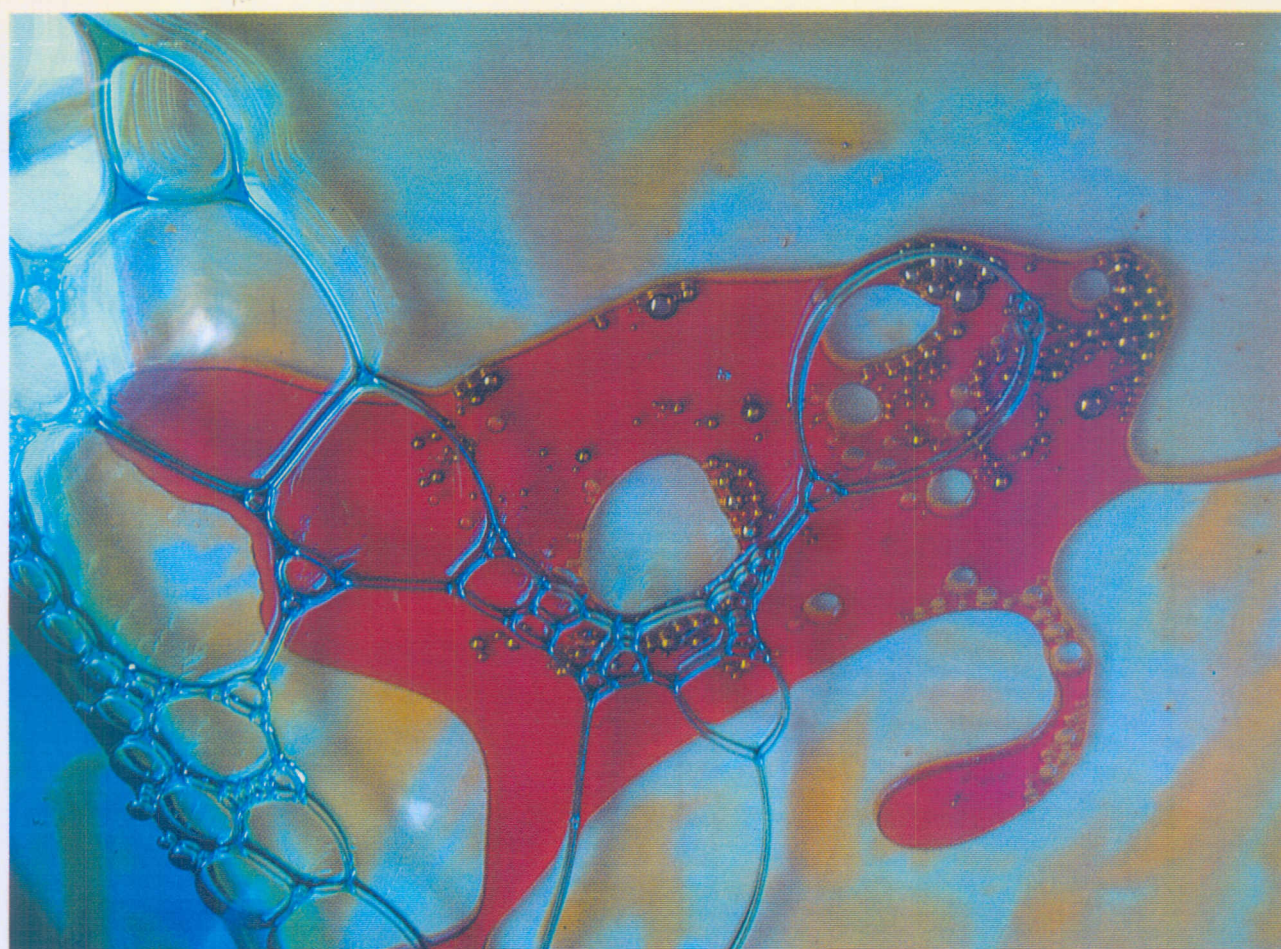


REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO



- a verificação de que, no caso concreto, a medida é inevitável, de caráter excepcional;
 - a inexistência de outros bens a serem penhorados ou, de alguma forma, frustrada a tentativa de haver o valor devido na execução;
 - o esgotamento de todos os esforços na localização de bens, direitos ou valores, livres e desembaraçados, que possam garantir a execução, ou sejam os indicados de difícil alienação;
 - a observância às disposições contidas nos arts. 677 e 678 do CPC (necessidade de ser nomeado administrador, com a devida apresentação da forma de administração e esquema de pagamento);
 - fixação de percentual que não inviabilize a atividade econômica da empresa.
4. Não há notícia nos autos de que se tenha procedido nas formas elencadas. Na hipótese, restou comprovado que a executada possui outros bens passíveis de penhora, que não foram aceitos pela exequente por falta de interesse em adjudicá-los, o que não justifica a substituição dos bens indicados à penhora pelo faturamento da empresa, tendo em vista o disposto no art. 620 do CPC, o qual estatui que a execução deve ser feita pelo modo menos gravoso para o executado.
5. Recurso provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luiz Fux, Teori Albino Zavascki e Denise Arruda votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 27 de março de 2007 (Data do Julgamento).

(D.J.U. 1 de 19.4.2007, p. 255)



NOTA DA DIALÉTICA

Vide Acórdãos do STJ - 1ª Seção (RDDT 97:229 e 111:215).

EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA - NOMEAÇÃO DE PRECATÓRIO DE PESSOA JURÍDICA DISTINTA DA EXEQUENTE - POSSIBILIDADE

**Embargos de Divergência em
REsp nº 819.052 - RS (2006/0122648-4)**

Relator: Ministro Humberto Martins
Embargante: Estado do Rio Grande do Sul
Procurador: Yassodara Camozzato e Outro(s)

Embargado: Lua de Mel Indústria de Apiterápicos Naturais Ltda - Microempresa

Advogado: Cláudio Tessari e Outro(s)

Ementa

Execução Fiscal - Penhora de Precatório - Pessoa Jurídica Distinta da Exequente - Possibilidade.

1. É pacífico nesta Corte o entendimento acerca da possibilidade de nomeação à penhora de precatório, uma vez que a gradação estabelecida no artigo 11 da Lei n. 6.830/80 e no artigo 656 do Código de Processo Civil tem caráter relativo, por força das circunstâncias e do interesse das partes em cada caso concreto.

2. Execução que se deve operar pelo meio menos gravoso ao devedor. Penhora de precatório correspondente à penhora de crédito. Assim, nenhum impedimento para que a penhora recaia sobre precatório expedido por pessoa jurídica distinta da exequente.

3. *Nada impede, por outro lado, que a penhora recaia sobre precatório cuja devedora seja outra entidade pública que não a própria exequente. A penhora de crédito em que o devedor é terceiro é prevista expressamente no art. 671 do CPC. A recusa, por parte do exequente, da nomeação à penhora de crédito previsto em precatório devido por terceiro pode ser justificada por qualquer das causas previstas no CPC (art. 656), mas não pela impenhorabilidade do bem oferecido.* (Min. Teori Albino Zavascki, AgRg no REsp. 826.260/RS)

Embargos de divergência providos.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça "A Seção, por unanimidade, conheceu dos embargos e deu-lhes provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros José Delgado, Eliana Calmon, Teori Albino Zavascki, Castro Meira e Denise Arruda votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, o Sr. Ministro Luiz Fux e, ocasionalmente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e Herman Benjamin.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro João Otávio de Noronha.

Brasília (DF), 09 de maio de 2007 (Data do Julgamento).

(D.J.U. 1 de 21.5.2007, pp. 533/4)

ICMS - AUTORIZAÇÃO PARA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS - DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA - LIVRE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

**Recurso Especial nº 598.726 - RS
(2003/0181245-6)**